BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Outubro-Novembro-Dezembro/2025 – ISSN 2175-9103 Nº106

Boletim Número 106
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2025

EDITORIAL

O Boletim PROEALC número 106, referente ao trimestre de Outubro, Novembro e Dezembro, finaliza o ano de 2025 apresentando análises da conjuntura latino-americana diante do governo de ultradireita neofascista de Donald Trump e das repercussões internacionais do tarifaço imposto no início de outubro a países do Sul Global e do Oriente. A política externa estadunidense em relação à América Latina reafirma uma lógica imperialista e intervencionista, especialmente sobre a Venezuela e países do Caribe, tratando tais territórios como espaços legítimos de ingerência. Nesse contexto, observa-se uma aproximação estratégica entre Estados Unidos e Brasil, colocando o país como interlocutor regional em conflitos sul-americanos, ao passo que o governo Lula busca preservar relações diplomáticas estáveis, defendendo a soberania nacional e evitando a escalada armamentista no continente.

Ademais, a prisão de Jair Bolsonaro e a condenação há 27 anos e 6 meses representaram um marco simbólico na rejeição institucional ao atentado golpista de 8 de janeiro, reafirmando o compromisso com a ordem democrática. Em contrapartida, a estratégia política conduzida por Flávio Bolsonaro, ao se lançar candidato à presidência com a defesa de uma proposta de anistia inconstitucional, revela a tentativa de manutenção da hegemonia da direita no cenário político brasileiro. Essa postura dialoga diretamente com o trumpismo, caracterizado pela interferência sistemática nos assuntos internos do Sul Global, subalternizando essas nações por meio de ações militares e pressões bélicas, como evidenciado no caso de Trinidad e Tobago.

Nesse sentido, os acontecimentos do último trimestre demonstram como a identidade latino-americana vem sendo forjada a partir da resistência frente às disputas territoriais e políticas impostas pelas grandes potências. A postura combativa de líderes como Nicolás Maduro e Gustavo Petro exemplifica a oposição direta ao projeto intervencionista estadunidense, enquanto Trump se coloca como um "regente universal", violando o direito à autodeterminação e à autogestão dos Estados latino-americanos por meio de coerção política, econômica e militar.

Por fim, a realização da COP30 em Belém evidencia o isolacionismo do governo norte-americano, que se ausentou do evento ao negar a existência da crise climática. Ainda assim, o encontro teve relevância global ao estabelecer metas como a transição da matriz energética e a ampliação de fontes renováveis,

além do compromisso com a limitação do aquecimento global a 1,5°C. Desse modo, o tarifaço configura-se apenas como o ponto inicial de um ciclo de interferências ilegítimas que buscam conter o protagonismo latino-americano no cenário geopolítico, transformando a disputa internacional em um embate material e simbólico pelo controle das regras da ordem mundial.
Além disso, incluímos uma reflexão sobre o processo eleitoral da Bolívia, que evidencia a crise de um ciclo progressista e o avanço de forças neoliberais, apontando para a urgência de repensar os caminhos da esquerda em nosso continente.

Finalizando, trouxemos uma opinião que aborda a relação entre a tentativa de fuga de Jair Bolsonaro para a Argentina com o desgaste político de Javier Milei diante da ação corrupta de sua irmã, em uma trama de roubo de recursos públicos destinados à saúde.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões, inspirações e questões para futuros debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
Bernardo Cardoso de Almeida Vieira
Mateus dos Santos Nascimento
Rafael Alves Ribeiro
Bolsistas pesquisadores do PROEALC

Em Foco I

Bolsonaro é preso preventivamente 'sob suspeita de fuga' e possível asilo na embaixada dos EUA.

Por *Duda Blumer e Victor Farinelli*
22/11/2025

O ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro foi preso preventivamente neste sábado (22/11) "sob suspeita de fuga", poucos antes de iniciar sua sentençã de 27 anos por tentativa de golpe de Estado, escreveu o jornal britânico The Guardian.

O periódico detalhou que a medida, ordenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi executada "após temores de que o ex-presidente de extrema-direita estivesse prestes a buscar refúgio em uma embaixada estrangeira para evitar a prisão".

Segundo o texto, o ministro Alexandre de Moraes exigiu a prisão preventiva de Bolsonaro porque o ex-presidente poderia "tentar se refugiar em um dos muitos complexos diplomáticos de Brasília para evitar punição pela tentativa fracassada de tomada de poder".

Com base nas declarações de Moraes, a publicação afirmou que uma das opções de Bolsonaro poderia ser a embaixada dos Estados Unidos, cujo presidente, Donald Trump, é "um de seus principais aliados internacionais".

O Guardian ainda resgatou o histórico de Bolsonaro em relação a solicitações de ajuda a embaixadas. Em agosto passado, o político foi acusado de buscar asilo na Argentina, país presidido por Javier Milei, e em 2024 "passou misteriosamente duas noites na embaixada da Hungria".

Outro argumento usado por Moraes e citado pelo jornal britânico foi a tentativa de Bolsonaro em romper a tornozeleira eletrônica que estava usando em prisão domiciliar na madrugada deste sábado, em meio a planos de uma vigília de apoiadores.

"Isso sugere que o condenado planejou romper a tornozeleira para garantir o sucesso de sua fuga, aproveitando-se da confusão causada pelo protesto convocado por seu filho", escreveu o Guardian, mais uma vez citando Moraes.

A publicação mencionou também que a prisão preventiva em decorrência de temores de fuga ocorre "sobre a iminente prisão de Bolsonaro" na Papuda, complexo de detenção máxima em Brasília.

Alto risco de fuga após condenação

Toda a imprensa internacional está repercutindo o ocorrido. Como o Guardian, o francês Le Monde afirmou que o ex-presidente do Brasil apresentava "um alto risco de fuga".

Ao citar a decisão de Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o jornal escreveu que a prisão preventiva foi determinada porque Bolsonaro "sabia há dias que enfrentaria prisão iminente para começar a cumprir sua pena".

Com base nas declarações de Moraes, o periódico também lembrou que, apesar de estar em prisão domiciliar desde agosto, Bolsonaro "tentou romper a tornozeleira eletrônica que o monitorava, na esperança de escapar durante uma manifestação planejada por seus apoiadores perto de sua residência".

A publicação não deixou de detalhar os motivos da condenação de Bolsonaro. "O ex-chefe de Estado de extrema-direita foi considerado culpado em setembro de liderar uma "organização criminosa" que conspirou para garantir sua "manutenção autoritária do poder" após a vitória de seu rival Lula".

O texto ainda incluiu a intenção do plano em assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o juiz do STF Alexandre de Moraes.

Condenado por tentar minar a maior democracia da América Latina

Já o norte-americano Washington Post noticiou o caso afirmando que Bolsonaro, classificado como "populista de direita e alidado de Trump", "foi preso em meio a temores de distúrbios públicos".

Segundo o WP, citando a decisão do STF, a vigília de apoiadores na madrugada deste sábado "poderia "causar sérios danos à ordem pública", potencialmente impedindo a prisão de Bolsonaro quando seus recursos forem esgotados, ou até mesmo possibilitando "a fuga do ex-presidente".

Com base em declarações de um agente da Polícia Federal, o WP informou que Bolsonaro "foi levado para a sede da Polícia Federal em Brasília, onde ficará detido em uma cela especial preparada para ele — equipada com cama, mesa e banheiro privativo".

O WP também lembrou que o plano de golpe de Estado, motivo pelo qual Bolsonaro foi inicialmente condenado, envolvia o assassinato do presidente Lula. Com a condenação, "se tornou o primeiro ex-presidente condenado por tentar minar a maior democracia da América Latina".

Ao mencionar a investigação do STF contra Bolsonaro como motivo que levou Trump a promover tarifas contra produtos brasileiros exportados para os EUA, o WP lembrou de outras sanções usadas pelo norte-americano, como a aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes.

Por fim, o jornal lembrou que Bolsonaro está inelegível até 2030 "por disseminar informações falsas para minar a credibilidade do sistema eleitoral brasileiro" e resgatou uma entrevista que o ex-presidente concedeu ao periódico em maio passado. Na ocasião, declarou que "ir para a prisão seria o fim de sua vida".

Condenado por tumulto similar ao 6 de janeiro nos EUA

O jornal catari Al Jazeera noticiou que Bolsonaro foi preso "dias antes do início de sua sentença de 27 anos de prisão". A notícia foi baseada no comunicado da Polícia Federal, que não mencionou Bolsonaro na operação de prisão preventiva.

Ao explicar o plano golpista de Bolsonaro, a Al Jazeera lembrou os ataques de seus apoiadores na Praça dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. "O movimento levou multidões de manifestantes a invadirem prédios do governo uma semana após a posse de Lula, evocando comparações com os tumultos de 6 de janeiro no Capitólio dos Estados Unidos, depois que seu aliado próximo, o presidente Donald Trump, perdeu a eleição de 2020 para Joe Biden".

O periódico ainda trouxe declarações anteriores de Trump sobre as investigações contra Bolsonaro. O republicano chegou a definir o processo como "caça às bruxas" e motivação para o tarifaço dos EUA contra o Brasil.

Contudo, a publicação também lembrou que o presidente Lula e Trump se encontraram na cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em Kuala Lumpur, Malásia, e passaram a negociar a questão tarifária.

Medida cautelar

A agência russa RT noticiou a prisão preventiva ao explicar que ainda "não se trata do cumprimento de uma sentença relacionada à tentativa de golpe, mas sim de uma medida cautelar".

"O ex-presidente foi transferido para a sede da Polícia Federal, onde permanecerá em uma cela especial, espaço reservado para autoridades como presidentes da República e outras figuras públicas de alto escalão", detalhou a publicação.

Comparação com Ramagem e Zambelli

O português Diário de Notícias também resgatou a decisão de Moraes sobre as possibilidades de fuga de Bolsonaro. O periódico mencionou o caso de Alexandre Ramagem, deputado federal (PL-RJ) e também condenado por golpe de Estado, que foi para Flórida, nos EUA, nesta última semana.

O texto ainda menciona o caso de Carla Zambelli (PL-SP), "deputada bolsonarista condenada em outro caso, que escapou para Itália".

Jornais como o venezuelano TeleSUR, o argentino Pagina12 e o espanhol El País também repercutiram a decisão do STF contra Bolsonaro neste sábado.

Link: **https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/bolsonaro-e-preso-preventivamente-sob-suspeita-de-fuga-e-possivel-asilo-na-embaixada-dos-eua-diz-guardian/**

Em Foco II

Da prisão de Bolsonaro

Por *Rafael Alves Ribeiro
10/12/2025

A condenação e subsequente prisão do fascista Jair Bolsonaro, consumadas sob a égide do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 22 de novembro, foram eventos por muito tempo aguardados, e de complexidade histórica e política que ultrapassam em muito os limites do episódio judicial em si. A queda de um ex-chefe de Estado, acompanhada de militares de alta patente, por atentado contra a ordem democrática, é inédita e, à primeira vista, poderia ser saudada como a vitória definitiva das instituições sobre a barbárie golpista. Contudo, uma observação mais atenta, desprovida do otimismo ingênuo que frequentemente acompanha os triunfos formais da legalidade burguesa e dos conciliadores, revela um panorama mais ambivalente e com armadilhas.

O fenômeno bolsonarista emergiu como produto sintomático de uma crise orgânica, nos termos gramscianos, na qual a hegemonia tradicional encontrava-se esgarçada, incapaz de produzir consenso de modo estável. Seu líder articulou ressentimentos de classe média e um anticomunismo anacrônico, cultivado no interior de instituições que nunca passaram por um processo de depuração democrática

verdadeira. A conjugação perversa de um neoliberalismo destrutivo, que aprofundou as fraturas sociais e promoveu o desmonte das já frágeis políticas públicas, com um conservadorismo reacionário, forneceu as bases para a emergência de um projeto político de caráter visceralmente autoritário.

Bolsonaro personificou, com uma crueldade que assusta, a necropolítica, o desprezo pela vida, a exaltação da violência como instrumento político e a subserviência aberta aos interesses do grande capital financeiro e do agronegócio exportador. Seu objetivo e de seu grupo sempre foi tensionar sistematicamente o ordenamento democrático em favor de forças cujo horizonte é incompatível com a universalização de direitos, a ampliação da cidadania e a submissão do poder econômico e militar ao controle civil.

A denúncia da Procuradoria-Geral da República não deixou margem para ambiguidades. Tratava-se de uma organização criminosa armada, cujo meticuloso plano incluiu desde a campanha de descrédito das urnas até o assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes, chamada de operação "punhal verde e amarelo". Listar, aqui, todos os momentos dignos de menção seria uma tarefa hercúlea. Ainda assim, destacam-se o episódio da reunião ministerial de julho de 2022, a apresentação fraudulenta de denúncias a embaixadores estrangeiros, os discursos e movimentações golpistas no 7 de setembro e no 8 de janeiro e a confecção de uma minuta que institucionalizaria a ruptura. Estes compõem uma sequência cuja lógica é reacionária, e revelam a face de figuras como o general Augusto Heleno e o almirante Almir Garnier, habituados à impunidade histórica que protegeu os golpistas de 1964.

Ademais, não se deve jamais esquecer que a gestão durante a pandemia foi um experimento macabro de negacionismo científico que custou centenas de milhares de vidas, constituindo o pináculo dessa política da morte, aplicada com uma frieza burocrática que surpreende até mesmo os padrões do histórico brasileiro já nada alusivos a qualquer perspectiva humanista. É nesse sentido que a condenação por crimes contra a ordem democrática, ainda que absolutamente necessária, opera uma redução um tanto perigosa. Ela isola e pune o episódio do golpismo, deixando intocados os crimes vastos e profundos cometidos contra a população, aqueles que dizem respeito aos ataques sistemáticos às condições de existência da classe trabalhadora, dos povos indígenas, da população negra, das mulheres.

Não obstante, a atuação do ministro Alexandre de Moraes e da Primeira Turma do STF representou, sim, uma barreira institucional à ruptura violenta do Estado de Direito e a respectiva consolidação de um projeto que, indubitavelmente, limitaria ainda mais as possibilidades das classes subalternizadas. Numa conjuntura de pressões golpistas que buscavam anular o resultado eleitoral e instaurar uma nova ditadura, a resposta do Judiciário foi um fator de contenção. Todavia, celebrar este

papel como a reafirmação heroica da democracia é incorrer em uma leitura superficial e fetichista da institucionalidade burguesa.

O STF, enquanto suposto guardião da Constituição de 1988, opera dentro dos marcos de um pacto de dominação que ele próprio tem a função de custodiar. Sua atuação enérgica contra o bolsonarismo golpista não pode ser dissociada do fato de que o projeto bolsonarista, em sua fase governamental, já havia esgotado sua utilidade para setores significativos da burguesia e se tornado um risco de desestabilização geral do sistema. Seria um enorme erro supor que há qualquer virtuosidade intrínseca na atuação do STF, historicamente posicionado na linha de frente do punitivismo, do encarceramento em massa e do ataque aos direitos trabalhistas, além de ter sido um dos principais pivôs do lavajatismo, cujos danos estruturais ao país ainda estão longe de serem plenamente dimensionados.

Assim, a irrestrita defesa da ordem jurídica existente é, em última instância, a defesa das condições estáveis para a reprodução da sociabilidade posta. Não se deve perder de vista que a justiça burguesa é uma justiça seletiva, que pode operar punindo aqueles que tentaram quebrar as regras do jogo, mas deve absolver, por conta de sua ontologia, a estrutura social que produziu tais atores e que segue gerando desigualdade, fome e violência. A questão que se impõe, então, não é apenas sobre a culpabilidade de Bolsonaro, inquestionável ante as provas nos autos do processo, mas sobre a natureza do sistema que o julgou. Trata-se, na verdade, de uma (auto)correção para garantir sua sobrevivência, de modo a livrar-se de um elemento disruptivo que ameaçava provocar uma crise de legitimidade insustentável.

A centralidade conferida ao STF não deve, porém, obscurecer a responsabilidade decisiva do Congresso Nacional e da imprensa na ascensão e normalização do bolsonarismo. Foi sob a complacência de um Legislativo capturado por interesses fisiológicos e pela agenda neoliberal que Bolsonaro governou e aprovou regressivas reformas. Do mesmo modo, setores expressivos da mídia contribuíram para sua subida, ora relativizando seu discurso autoritário, ora enquadrando seus crimes como excentricidades retóricas risíveis. O verniz democrata oportunista que parte desses atores agora reivindicam não apaga sua corresponsabilidade na história.

A prisão de Jair, em uma cela especial na Superintendência da Polícia Federal, com regalias inexistentes para a população carcerária comum, majoritariamente pobre, negra e jovem, é a imagem mais verossímil do caráter classista da justiça. Ora, o canalha, condenado a 27 anos, desfruta de uma cela particular com ar-condicionado, televisão, frigobar e atendimento médico privilegiado, ao passo que milhares apodrecem em masmorras superlotadas, por conta de um sistema penal que funciona como mecanismo de gestão e extermínio de indesejáveis. Está aí a lógica perversa de um Estado que

socializa os custos da crise e privatiza os privilégios da elite, escancarada pela manutenção das vultuosas duas aposentadorias de Bolsonaro, que até o mês passado se amontoavam ainda ao valor que a escória do Partido Liberal lhe concedia mensalmente, enquanto o salário mínimo permanece aviltante e a Reforma da Previdência vitima os trabalhadores.

Há ainda um contraste moral que não deve ser tangenciado, que diz respeito à atitude frente às acusações. Com todas as críticas legítimas que se possam e se devam fazer a Lula, é notório que, quando acusado e posteriormente condenado em um processo permeado de embustes, enfrentou seus acusadores, apresentou-se às autoridades e cumpriu a pena que lhe foi imposta. Mesmo diante da possibilidade de convertê-la em prisão domiciliar ou, ainda, exilar-se no exterior, optou por permanecer em sua cela até o fim do processo. Bolsonaro, por sua vez, revelou-se coerente apenas com sua própria covardia. Passou todo o tempo tentando escapar da responsabilização, flertou com a fuga ao estrangeiro, rompeu medidas cautelares, violou sua tornozeleira com ferro de solda, buscou refúgio em narrativas de perseguição, numa tentativa patética de converter-se em mártir, sendo um algoz. Ele reagiu conforme aquilo que sempre foi, um homem pequeno, medíocre, calhorda, que, disposto a incendiar o país, mostrou-se um frouxo quando chegou a hora de encarar um mínimo de justiça quando esta, enfim, bateu à sua porta, literalmente.

Um perigo que espreita este momento reside na tentativa de converter este episódio em um fecho de ciclo, em uma página virada. A narrativa hegemônica, amplificada por setores da mídia e por alas progressistas, tem tentado apresentar a prisão como a derrota do golpismo direitista à brasileira, de forma idealista, e a reafirmação das virtudes das instituições. É uma leitura consoladora e desmobilizadora, uma vez que o bolsonarismo, enquanto movimento político e ideológico, não se esgota na pessoa de seu líder. O grupo criou raízes profundas em amplos setores, articulou uma base parlamentar que tem atravancado avanços de maneira sem precedentes, conquistou governos estaduais e segue contando com o financiamento e o apoio logístico do agronegócio, da elite financeira e de parcela considerável das Forças Armadas.

Essa presença remanescente é atestada pelas últimas ações do bando enquanto vetores dos interesses do imperialismo estadunidense, em mais um ato de traição, de crime de lesa-pátria. A retórica patriótica usual ao grupo, apesar de sempre ter sido estéril, terminou de dissolver-se diante da disposição de submeter a soberania brasileira a pressões externas, no cenário do tarifaço trumpista, em troca de impunidade. Fato é que agora o bolsonarismo expôs a todos seu caráter profundamente antinacional, interesseiro e desonrado, para reafirmar o que já era sabido antes mesmo daquela fatídica e vexatória ocasião em que prestou continência à bandeira norte-americana.

Além disso, o abrupto anúncio do nome de Flávio Bolsonaro como pré-candidato presidencial, feito à revelia das cúpulas partidárias da própria ala conservadora, atesta esta dinâmica de pulsão autoritária que sobrevive à prisão do patriarca. O gesto, que desorganizou as expectativas do campo, revela uma ideia de sucessão dinástica. Pois é, o nepotismo nessa família não é uma novidade. O desconforto gerado nos bastidores escracha as fissuras entre o projeto personalista de perpetuação familiar e os interesses das oligarquias partidárias, mas o mero fato de a manobra ser possível demonstra que a ameaça está longe de ser neutralizada. Ainda assim, não é ruim que se degladiem entre si pelos natimortos espólios de Jair.

Uma importante lição a ser compreendida neste momento não é a de que as instituições salvaram a democracia, mas a de que a democracia liberal do capitalismo dependente brasileiro é frágil e permanentemente ameaçada por soluções autoritárias derivadas da insaciabilidade do capital. A tolerância das elites com Bolsonaro, enquanto este servia aos seus interesses econômicos, e seu parcial afastamento, apenas quando o projeto se notabilizou golpista, disruptivo, demonstra que a defesa das liberdades formais é sempre condicional e subordinada à preservação dos privilégios espúrios da situação. Isto é, Jair foi freado, principalmente, porque seu método incivil passou a lançar dúvidas sobre a previsibilidade e impessoalidade convenientes à reprodução do poder, a mostrar-se como um possível risco de desorganização do pacto político-econômico que garante a continuidade da ordem estabelecida.

Concluindo, esta prisão representa a punição de um método, mas não a superação de seu conteúdo, um projeto de sociedade tão brutalmente desigual e hierárquica quanto necessário for. O que se impõe é a compreensão de que a batalha decisiva se dá em outro terreno, isto é, no campo da organização popular, na construção de uma contra-hegemonia capaz de apresentar um projeto alternativo de sociedade, que não apenas enfrente o fascismo, mas a própria lógica do capital que, em suas crises cíclicas, sempre resgata da história os demônios do autoritarismo, do racismo e da violência. A prisão dos golpistas, com o trânsito em julgado das condenações e a rejeição de anistias ou revisões na dosimetria, é um passo necessário, mas não suficiente, no sentido de uma noção mais radical da democracia.

Até lá, a imagem de Bolsonaro preso deve ser um lembrete severo de que a luta contra o fascismo é uma dinâmica incessante que não permite tréguas nem conciliações, ela não pode se contentar com vitórias jurídicas, por mais importantes que sejam. Para tocá-la, exige-se um enfrentamento radical às bases materiais que alimentam o fascismo neste país, a saber: a monstruosa concentração fundiária, a financeirização da economia, a dependência e a espoliação dos recursos naturais, a precarização do trabalho e, o que permite a efetivação das anteriores, o modo de produção

vigente. Enquanto governos ditos de esquerda, como o de Lula, intencionalmente submisso aos grilhões do arcabouço fiscal e às amplas coalizões que fez, insistirem na covardia, estarão apenas administrando a crise e criando as condições para o próximo surto autoritário, que poderá vir com uma face mais polida e uma retórica mais eficiente.

A justiça, neste caso, foi lenta e incompleta. A verdadeira, a última, aquela que responde aos anseios dos milhões que passam fome, que são humilhados pelo racismo, que são explorados no trabalho, que têm seus territórios saqueados, essa justiça ainda está por ser feita. Esta não virá das togas tampouco dos céus, mas da capacidade das classes subalternas de forjarem seu próprio destino.

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

Referências:

ANNUNZIATA, Felipe. STF impõe medidas para impedir Bolsonaro de conspirar com Trump contra o Brasil. Jornal A Verdade, 18 jul. 2025. Disponível em: https://averdade.org.br/2025/07/stf-impoe-medidas-para-impedir-bolsonaro-de-conspirar-com-trump-contra-o-brasil/. Acesso em: 16 dez. 2025.

BARROSO, Heron. Bolsonaro e generais golpistas são presos antes de fugirem da Justiça. Jornal A Verdade, 8 dez. 2025. Disponível em: https://averdade.org.br/2025/12/bolsonaro-e-generais-golpistas-sao-presos-antes-de-fugirem-da-justica/. Acesso em: 16 dez. 2025.

Condenação de Bolsonaro e seus generais é uma vitória na luta contra o fascismo. Jornal A Verdade, 1 out. 2025. Disponível em: https://averdade.org.br/2025/10/condenacao-de-bolsonaro-e-seus-generais-e-uma-vitoria-na-luta-contra-o-fascismo/. Acesso em: 16 dez. 2025.

Condenado por tentativa de golpe, Bolsonaro é preso preventivamente pela PF. Brasil de Fato, 22 nov. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/11/22/condenado-por-tentativa-de-golpe-bolsonaro-e-preso-preventivamente-pela-pf/. Acesso em: 16 dez. 2025.

Iniciado o julgamento do ex-presidente Bolsonaro e seus aliados na trama golpista. Jornal O Futuro, 2 set. 2025. Disponível em: https://jornalofuturo.com.br/artigo/yANJSA-iniciado-o-julgamento-do-ex-presidente-bolsonaro-e-seus-aliados-na-trama-golpista. Acesso em: 16 dez. 2025.

LOURENÇO, Cléber. PL foi pego de surpresa com anúncio de pré-candidatura de Flávio Bolsonaro. ICL Notícias, 9 dez. 2025. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/pl-surpresa-pre-candidatura-flavio-bolsonaro/. Acesso em: 17 dez. 2025.

MENDES, Moisés. Fracassado, humilhado e presidiário, Bolsonaro ainda orienta as ações da direita. Brasil 247, 8 dez. 2025. Disponível em: https://www.brasil247.com/blog/fracassado-humilhado-e-presidiario-bolsonaro-ainda-orienta-as-acoes-da-direita. Acesso em: 16 dez. 2025.

SCHREIBER, Mariana. Bolsonaro começa a cumprir pena de 27 anos de prisão em sala da Polícia Federal. BBC News Brasil, 25 nov. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz0nme79gzzo. Acesso em: 16 dez. 2025.

SOUZA, Jessé. Um dia a ser lembrado. ICL Notícias, 22 nov. 2025. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/um-dia-a-ser-lembrado/. Acesso em: 16 dez. 2025.

VIVAS, Fernanda. Investigação, denúncia, condenação, prisão: veja a linha do tempo do caso Bolsonaro. G1, 23 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/23/investigacao-denuncia-condenacao-prisao-veja-a-linha-do-tempo-do-caso-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 16 dez. 2025.

Em Foco III

O cálculo de Lula para lidar com crise entre Trump e Maduro

Por *Leandro Prazeres*
06/12/2025

Usando fones de ouvido e segurando um boné com o emblema do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, se arriscou no "portunhol" para fazer um apelo em um programa de TV na quinta-feira (4/12).

"Povo do Brasil! Saiam às ruas para apoiar a Venezuela em sua luta pela paz e soberania. Eu falo a vocês toda a verdade. Nós temos direito à paz com soberania. Que viva o Brasil".

O pedido de Maduro acontece em meio à ofensiva dos Estados Unidos em relação ao país. Nos últimos três meses, o governo do presidente Donald Trump vem usando o suposto combate a narcotraficantes como justificativa para o aumento da presença militar nas proximidades da Venezuela.

Aviões de caça, 15 mil homens e navios militares, incluindo o maior porta-aviões a Marinha norte-americana, foram deslocados para a região do Caribe, num movimento visto por analistas como de pressão contra o governo de Nicolás Maduro.

Desde então, militares dos Estados Unidos já realizaram mais de 20 ataques aéreos a embarcações que supostamente carregavam drogas em águas próximas ao litoral venezuelano.

Na semana passada, o norte-americano chegou a anunciar em redes sociais o fechamento do espaço aéreo venezuelano, mesmo sem ter autorização formal para isso.

Mas o apelo do líder venezuelano, no entanto, não apenas não parece ter mobilizado as ruas brasileiras, como também não mobilizou, pelo menos publicamente, um antigo aliado: o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nos últimos meses, o presidente Lula, que já defendeu Maduro pessoalmente durante sua viagem ao Brasil, em 2023, vem adotando uma postura mais discreta em relação ao regime do país vizinho em meio ao aumento das tensões entre a Venezuela e os Estados Unidos.

No dia 8 de setembro, Lula criticou abertamente a presença de tropas norte-americanas nas proximidades da Venezuela durante um discurso da cúpula virtual dos Brics, grupo de 11 economias emergentes do qual o Brasil faz parte.

"A presença de forças armadas da maior potência do mundo no Mar do Caribe é fator de tensão incompatível com a vocação pacífica da região", disse ele.

Duas semanas mais tarde, no dia 23 de setembro, foi a vez de mencionar a crise, mas citando a Venezuela em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

"Usar força letal em situações que não constituem conflitos armados equivale a executar pessoas sem julgamento. Outras partes do planeta já testemunharam intervenções que causaram danos maiores do que se pretendia evitar, com graves consequências humanitárias. A via do diálogo não deve estar fechada na Venezuela", disse o presidente.

Com o passar dos meses, a situação mudou. A aproximação de Lula com Donald Trump, iniciada justamente durante a passagem do presidente brasileiro por Nova York, deu início a uma postura diferente. Em vez de criticar publicamente a presença dos Estados Unidos na região, Lula trata do assunto reservadamente nas conversas que manteve com Trump.

Duas fontes do governo brasileiro ouvidas pela BBC News Brasil em caráter reservado afirmam que o presidente Lula tratou da questão venezuelana tanto na conversa presencial que teve com Trump na Malásia, em outubro, quanto nos dois telefonemas que teve com o norte-americano mais recentemente.

Sua passagem pela Cúpula de chefes de Estado da Comunidade dos Estados Caribenhos e Latino-Americanos (CELAC) e da União Europeia, em novembro, na Colômbia, foi um exemplo dessa mudança de tom.

"A ameaça de uso da força militar voltou a fazer parte do cotidiano da América Latina e do Caribe. Velhas manobras retóricas são recicladas para justificar intervenções ilegais", disse Lula sem citar nem a Venezuela e nem os Estados Unidos.

Nem mesmo a ordem de fechamento do espaço aéreo venezuelano dada por Trump fez com que o presidente se manifestasse publicamente sobre o assunto, apesar de o assessor especial para assuntos internacionais, o embaixador Celso Amorim, considerar o fato como grave.

"É um ato de guerra", disse Amorim à BBC News Brasil.

Mas o que estaria por trás dessa mudança no tom de Lula em relação às ações de Trump em um país tão próximo ao Brasil?

Fontes do governo brasileiro ouvidos pela BBC New Brasil em caráter reservado e especialistas em relações internacionais afirmam que o cálculo do governo Lula em relação à crise da Venezuela com os Estados Unidos levam pelo menos quatro elementos em consideração: as negociações sobre o tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil; o desejo de manter o Brasil como um interlocutor para evitar uma escalada militar na região; a desarticulação política na América Latina; e as incertezas sobre os riscos de uma eventual sucessão de Maduro.

Tarifaço na mesa

Um dos principais motivos por trás da cautela adotada pelo Brasil no momento em relação à ação norte-americana sobre a Venezuela são as negociações em curso com o governo de Donald Trump sobre o tarifaço imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

Um auxiliar do presidente Lula, com quem a BBC News Brasil conversou em caráter reservado, classificou o momento como "delicado" e que o governo brasileiro não quer correr o risco de prejudicar as negociações sobre o tarifaço com os norte-americanos por conta da situação na Venezuela.

A situação, no entanto, pode mudar caso haja ações militares norte-americanas dentro do território venezuelano. Segundo ele, o momento pede que o Brasil seja "pragmático".

Em julho, o governo dos Estados Unidos anunciou sobretaxas de 40% a produtos brasileiros justificadas, em parte, pelo julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelos crimes de tentativa de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado democrático de direito.

Na época, Trump chamou o julgamento de "caça às bruxas" que deveria acabar "imediatamente".

O episódio instaurou o que especialistas classificam como a maior crise diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos nos mais de 200 anos de relações entre os dois países.

Nos últimos meses, porém, houve uma aproximação entre Lula e Trump, apesar da condenação e da prisão de Jair Bolsonaro. Desde setembro, os dois presidentes, que nunca haviam se reunido, tiveram dois encontros presenciais. O primeiro foi em Nova York, em setembro. E o segundo em outubro, na Malásia.

Desde então, as negociações sobre as tarifas impostas pelo governo norte-americano, que estavam travadas, voltaram a acontecer. Em 21 de novembro, os Estados Unidos anunciaram a retirada de tarifas de 40% sobre alguns produtos agrícolas brasileiros.

Apesar disso, o governo brasileiro avalia que ainda é preciso avançar nas negociações, especialmente porque as sobretaxas norte-americanas ainda afetam uma série de produtos manufaturados brasileiros exportados para os Estados Unidos, com impacto significativo sobre a atividade industrial nacional.

Em novembro, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) anunciou que houve uma queda de 28% nas exportações do Brasil em relação ao mesmo mês do ano passado.

A necessidade de avançar nas negociações, aliás, foi tema do telefonema mais recente entre Lula e Trump, que partiu da iniciativa do presidente brasileiro.

"Ainda há outros produtos tarifados que precisam ser discutidos entre os dois países e que o Brasil deseja avançar rápido nessas negociações", disse a nota do governo brasileiro divulgada na semana passada sobre o telefonema.

Interlocutor possível

Outro motivo para a cautela do governo brasileiro em relação às investidas norte-americanas sobre a Venezuela é a perspectiva de que o Brasil continue a ser visto como um possível mediador da crise envolvendo o regime de Nicolás Maduro e o governo de Donald Trump.

Um auxiliar do governo brasileiro ouvido pela BBC News Brasil afirmou que o Brasil não foi apontado pelos Estados Unidos e nem pela Venezuela como mediador do conflito, mas o entendimento é de que, ao evitar um confronto retórico direto com os norte-americanos neste momento, o Brasil conseguiria manter canais de comunicação abertos para discutir a situação do país vizinho com os Estados Unidos e poderia tentar evitar um conflito armado no país, principal temor do governo brasileiro neste momento.

Na avaliação dele, apesar de as ameaças de intervenções terrestres dos Estados Unidos sobre a Venezuela ainda não terem se concretizado e de também não estar claro se elas irão se materializar ou não, esta "arma" ainda estaria "engatilhada e apontada" para a região.

A situação na Venezuela também foi tema do encontro entre Lula e Trump durante o encontro na Malásia. Na ocasião, Lula defendeu que a saída para a crise venezuelana deveria ser diplomática e pacífica.

Durante o encontro, Lula comentou que não falava com Maduro desde as eleições presidenciais no país, em maio do ano passado. Até hoje o Brasil não reconheceu o resultado das eleições.

As autoridades eleitorais da Venezuela anunciaram Maduro como vencedor, mas a oposição liderada por Maria Corina Machado alega que as atas das urnas apontam a vitória do candidato oposicionista Edmundo Gonzalez, que agora vive no exílio na Espanha.

Apesar de, oficialmente, o governo brasileiro não atuar como mediador da crise na Venezuela, o país já exerceu papel semelhante em outras situações. A mais recente delas aconteceu em 2023, quando o Brasil foi um dos principais articuladores dos chamados "Acordos de Barbados", em que o governo Maduro se comprometeu a promover condições justas durante as eleições de 2024.

A confiança do Brasil em Maduro, no entanto, ficou abalada depois que o presidente venezuelano deixou de cumprir a promessa de apresentar as atas das urnas das eleições do ano passado.

A postura do Brasil fez com que o assessor da Presidência da República para assuntos internacionais, o embaixador Celso Amorim, fosse criticado pelo presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodriguez, que pediu que o diplomata brasileiro fosse declarado "persona non grata" — termo usado para dizer que alguém não é bem-vindo e, na linguagem diplomática, é um procedimento considerado drástico.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS), disse que a quebra de confiança gerada pelas eleições na Venezuela afetaram a postura do governo brasileiro na defesa do país vizinho.

"O governo começou a se distanciar quando Maduro não cumpriu a promessa de apresentar as atas das urnas. Naquele momento, houve um ponto de inflexão e a gente percebe que, hoje, as relações são muito distantes, apesar de o Itamaraty manter nosso pessoal lá", disse o parlamentar à BBC News Brasil.

América Latina desarticulada

O terceiro motivo pelo qual o Brasil vem evitando uma postura mais assertiva em relação à Venezuela é o atual cenário político na América Latina.

Segundo um auxiliar do presidente Lula, a região estaria vivendo um momento de "desarticulação política" que impede uma posição mais contundente do país em relação à crise venezuelana.

Essa desarticulação seria resultado de uma espécie de "racha ideológico" na região a partir da eleição de diversos presidentes de direita em países latino-americanos como na Argentina (Javier Milei), no Paraguai (Santiago Peña), Bolívia (Rodrigo Paz), Equador (Daniel Noboa) e em El Salvador (Nayib Bukele). Alguns deles, como Milei e Bukele, têm demonstrado proximidade com o presidente Trump.

A professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Carol Pedroso, disse concordar com a avaliação do auxiliar de Lula.

"A total desmobilização regional frente a esse avanço mais agressivo do governo Trump acaba sendo outro determinante para essa postura mais discreta do presidente brasileiro, porque na prática não há respaldo institucional em nível regional para qualquer posição um pouco mais 'afrontosa'", disse à BBC News Brasil.

Segundo Pedroso, esse "racha" fica evidenciado na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), do qual o Brasil faz parte. "[A Celac], basicamente, só consegue produzir alguns pronunciamentos, mas nenhuma ação efetiva. Um exemplo foi a tímida reação à crise dos deportados no começo do ano, quando boa parte das agressões nem tinham começado", complementa.

Na última reunião da cúpula, realizada em conjunto com a União Europeia, em novembro, o comunicado final não fez nenhuma menção à Venezuela. Lula, que também participou da cúpula de chefes de Estado da Celac-União Europeia fez menções veladas à crise, mas não citou diretamente nem os Estados Unidos e nem a Venezuela.

"A ameaça de uso da força militar voltou a fazer parte do cotidiano da América Latina e do Caribe. Velhas manobras retóricas são recicladas para justificar intervenções ilegais. Somos uma região de paz e queremos permanecer em paz. Democracias não combatem o crime violando o direito internacional", disse.

Riscos da sucessão

O quarto motivo que vem fazendo o Brasil adotar o que a professora Carol Pedroso classificou como "cautela ativa" em relação à Venezuela é a incerteza sobre o futuro da Venezuela diante de uma eventual queda ou renúncia de Nicolás Maduro.

Uma fonte do governo brasileiro com a qual a BBC News Brasil conversou e que pediu anonimato afirmou que há "enorme" preocupação sobre os cenários para o "dia seguinte" da Venezuela sem Maduro. Segundo essa fonte, o governo brasileiro não chegou a oferecer asilo e nem a defender a tese de renúncia de Maduro.

Essa tese passou a circular com mais força nos últimos dias depois que a agência Bloomberg noticiou que o empresário brasileiro Joesley Batista se encontrou com Maduro na Venezuela para tentar convencê-lo a renunciar.

Procurado, o governo brasileiro não se pronunciou sobre o caso e não confirmou à BBC News Brasil se tinha conhecimento da viagem. Para o governo brasileiro, não estaria claro quem teria condições políticas de liderar o país após a saída de Maduro.

Ela afirma que, apesar de ser considerado autoritário, Maduro atuaria como uma espécie de "ponto de equilíbrio" das forças políticas venezuelanas e que sua saída sem planejamento poderia levar a um cenário de caos social no país com riscos de extravasar para o lado brasileiro da fronteira.

Ela mencionou que um "vácuo de poder" na Venezuela poderia gerar uma situação de conflagração semelhante à vista na Líbia após a queda do ditador Muammar Khadafi, morto por rebeldes em 2011.

Ela disse ainda não acreditar que a líder da oposição venezuelana, Maria Corina Machado, que venceu o prêmio Nobel da Paz neste ano, tenha condições de liderar o país de forma estável caso seja colocada no lugar de Maduro.

Carol Pedroso faz uma avaliação semelhante. De acordo com ela, não estaria sequer claro que os Estados Unidos irão intervir militarmente para a derrubada de todo o regime de Maduro.

Com um histórico de idas e vindas, a política externa de Trump poderia trabalhar para uma solução intermediária, tirando Maduro, mas deixando alguém com ligações com o atual governo e com condições materiais de manter as rédeas do país.

Em meio à toda essa incerteza, o Brasil assumiria um risco ao tomar uma posição neste momento.

"Por conta da enorme incerteza, me parece que o governo brasileiro tem sido excessivamente cauteloso, a ponto inclusive de gerar esse desconforto em parte da esquerda brasileira e latino-americana, por exemplo, que entende que abrindo a 'porteira' da Venezuela, não haveria nada que impedisse os EUA de avançarem para os demais países", conclui a professora.

Link: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjwynyg40q5o

Em Foco IV

Repercussões ao tarifaço: Shutdown, No Kings e a crise na estabilidade norte-americana em decorrência a uma integração latino-americana

Por *Bernardo Cardoso de Almeida Vieira**
08/12/2025

Em decorrência do que foi apresentado, no dia 1 de outubro, o presidente norte americano anunciou uma paralisação nacional denominada Shutdown,ou seja fechamento, que consistiu em uma agressiva redução dos gastos públicos,nesse sentido afetando mais de 750 mil profissionais,o que gerou em um um corte massivo em certas áreas como na educação, que antes possuía um montante de 4100 funcionários e no momento atual se encontra somente com 2500.

Nessa perspectiva, o congelamento financeiro se expandiu para um fechamento provisório da Nasa, que se encontra atualmente com 83% de seus funcionários,sob uma licença forçada e remunerada.Entretanto, essa enorme paralisação surge enquanto um resultado negativo e inesperado

resultante de uma postura política isolacionista, internalizada por Donald Trump, visando em um desenvolvimento nacional pautado na submissão de países estrangeiros, em sua maioria de fora do ciclo hegemônico do norte global.

Diante dessa narrativa,as tarifas e regras norte-americanas tem por finalidade a preservação da dominação territorial,financeira e simbólica infiltrada sob raízes colonialistas e segregacionistas,alimentadas por um sentimento difundido e naturalizado de hierarquia social,white savior, que acaba a partir de um discurso extremista e facista delimitando uma barreira de divisão imaginativa entre os "dominadores" e os "dominados",construindo assim os "heróis" e "vilões" da história.

Análogo a isso, o tarifaço aplicado tanto ao Brasil quanto a China sendo em porcentagens de respectivamente 50 e 100%,exemplificam como essa tentativa articulada pelo governo norte americano acaba impondo um discurso desigual marcado por relações de dependência e subordinação financeira,política,cultural e intelectual.

Dessa forma, a teoria de Howard Becker, sobre os "Outsiders"(Desviantes) e a sociologia do desvio,surge enquanto uma plataforma de entendimento teórico, que nos ajuda a compreender a situação geopolítica global, dado que os países latino americanos são tratados pelos EUA enquanto desviantes de suas normas e regras sociais, assim os mesmos acabam sendo excluídos e apartados da dinâmica de troca e relações internacionais tendo a sua identidade e direito a soberania silenciado,taxados recorrentemente como sub nações em um processo de subdesenvolvimento,vistos como "abaixo do ideal de civilização moderna ocidental" imposto ao decorrer da história pelo homem branco anglo-saxão durante o processo de colonização e expropriação dos povos originários.

Em virtude disso, sob um olhar um tanto sociológico, percebo pela análise de notícias recentes, de que maneira o posicionamento político de Trump,constituído enquanto um jogo agressivo e muito bem articulado de mobilização do discurso carismático e populista fundamentado pela deslegitimação dos governos constituintes do sul global,formulando um tipo de muro místico e fantasioso que demarca a diferença sempre em uma conotação negativa.

O resultado desta ação consiste na construção de um imaginário comum popularizado , adotado por milhões de cidadãos que acabam absorvendo certos pressupostos e ideais, como o de que a américa latina seria um continente "atrasado,subdesenvolvido,extremamente violento e com recursos básicos precarizados", logo esse estigma legitima a ação intervencionista e mediadora da nação imperialista americana.

Embora países como o brasil ainda estejam marcados profundamente pela desigualdade,como exemplificado pela participação recorrente no mapa da fome, é necessário analisar até que ponto

reforçar essa mentalidade acaba acentuando esse processo de negação da nossa identidade e poder de autogestão, o que impacta diretamente no olhar que temos de nós mesmos, justificando esse agenciamento planejado norte americano de interferência e imposição de regras gerais em uma dinâmica comercial e econômica que beneficia fortemente o seu protagonismo de caráter hegemônico reforçado pela constituição de mercados assimétricos.

Em decorrência dessa problemática que impacta diretamente esse sul consolidado, violentado e deslegitimado constantemente, proponho um breve retorno à teoria da filósofa, ativista e professora do século XX, pertencente ao corpo docente da Universidade da Califórnia(UC),Angela Davis,quando a mesma em sua obra, A Liberdade é uma Luta Constante, aborda de que modo é necessário lutar pela solidariedade coletiva em uma perspectiva interseccional e articulada.

Sendo assim, é preciso mundializar o movimento das massas visando a sua liberdade efetiva,pois como já havia sido apontado por Nelson Mandela,a liberdade só seria alcançada por uma jornada árdua e constante em busca da real igualdade.

Denota-se então, como os movimentos de resistência protestantes como o No Kings,"Sem Reis", ocorrido no dia 18 de outubro, que mobilizou mais de 2500 manifestações em cerca de 50 estados contando com aproximadamente 5 milhões de manifestantes nos Estados Unidos, surge como um dado concreto e poderoso que evidencia a insatisfação popular e o crescente aumento na união coletiva contrária à presidência atual.

Nessa perspectiva crítica, um dos principais slogans mobilizados pelo ato era o de "eu tenho orgulho do meu país, mas não de seu governo" , reforçando então no afastamento do povo com aquele que deveria ser supostamente o seu porta-voz e regente no sistema democrático representativo.

Em contrapartida ao ideal de bom representante populacional , a ação de Trump perante esse questionamento coletivo e público, consistiu em uma ridicularização e crítica em tom irônico e agressivo, pois o mesmo divulgou em sua rede social Truth Social, um vídeo seu gerado por Inteligência Artificial, pilotando um avião militar e soltando nos supostos manifestantes o que seria "bombas de fezes", logo tanto a resposta quanto o ato evidenciam um momento delicado na realidade norte americana,marcada por uma crise financeira e política.

Sob essa óptica de crise, uma intensa polarização populacional provém de uma ruptura nas relações comerciais e cooperativas com os países latino americanos e alguns provenientes do continente europeu.

Em contraste ao desgaste e a instabilidade em surgimento nos EUA, prevejo uma esperança para o sul global, não diante somente do fortalecimento na política dos BRICS e a saída do regimento do dólar enquanto moeda universalizada, mas sim pela integração destes países perante a acentuação nas

relações de troca, abrindo novos caminhos para a construção de uma identidade latino-americana formulada sob um princípio de pertencimento comum que respeite as particularidades culturais e territoriais.

Vale ressaltar, que a antropóloga e professora americana da Universidade de Columbia,Lila Abu Lughod, em seu texto , A Escrita Contra a Cultura, já nos apontava para a importância da posicionalidade e do contexto, nesse paradigma podemos pensar em uma possível construção identitária plural, não fragmentada, que reconheça a existência da diferença,destacando a diversidade enquanto positiva e tomando como lente interpretativa a confluência e convivência, buscando a conexão de mundos e realidades que embora compartilhem de características gerais, tendo certas similaridades, possam tornar as distinções relevantes para a compreensão da sua forma de organização cultural e política.

Sob esse viés, a forma de narração e escrita sobre determinados acontecimentos evidencia um lugar de fala, ou seja, uma posição, o que em certo sentido provém de um local de poder que demarca ou não um discurso hegemônico, nesse sentido buscamos romper com a narrativa eurocêntrica centralizadora e totalizante que rege todos os campos do corpo social coletivo seja a economia ,linguística ou política,assim , Donald Trump visa essa reafirmação constante em suas falas e posicionamentos.

Adentrando para exemplos mais práticos,o ataque norte americano a uma embarcação colombiana que acabou resultando na morte de 3 civis,acaba se constituindo enquanto uma segunda comprovação dessa violência epistêmica arquitetada,ressaltando um ressentimento do governo atual justamente pela campanha para a demonização do presidente colombiano Gustavo Petro.

Dessa maneira, esse dispositivo de poder acusatório usado como justificativa universal para os constantes ataques a Venezuela, acaba sempre sendo alimentado por esse pressuposto salvacionista de combate ao “narcotráfico” e proteção a população,nessa suposta defesa se mantém uma recompensa de 50 milhões de dólares pela prisão de Nicolás Maduro.

Em virtude disso, vemos que o tarifaço anunciado em abril e intensificado ao decorrer do mês de julho foi somente o ponta-pé inicial para um ciclo norte americano de ações agressivas e impositivas,cujo o principal alvo seria esse sul global subalternizado que perante á esses ataques repentinos vem gerando estratégias de resistência para a manutenção da sua soberania enquanto nação.

Por exemplo, o Plano Soberano brasileiro que aprovou um crédito de 5,3 bilhões de reais para as empresas afetadas por esse tarifaço e juntamente ao BNDES(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), vem buscando a recuperação e desenvolvimento industrial próprio.

Consequentemente, pensando o conceito de resistência e buscando formular alternativas para a construção de uma organização geopolítica pautada no multilateralismo e em relações simétricas e cooperativas, além das citadas acima, busco aqui repensar a participação desses países taxados como subalternos,sem direito de colocação e autonomia no cenário internacional,com a finalidade de constituir uma produção contra-hegemônica e contra-colonial de caráter coletivo, possibilitando uma postura relativista e descentralizada, nesse sentido um posicionamento que esteja aberto a troca,escuta e a não concordância.

Dito isso, a minha tentativa seria a de buscar uma lente interpretativa baseada na participação igualitária considerando a multiplicidade de atores e vozes, nessa perspectiva formular um sistema de relações comerciais e política exterior não hierarquizado ou comandado pela máscara colonial e ocidental do norte,mas sim pautado em solidariedades e alianças que tem como objetivo principal construir um futuro discordante.

Trata-se então de um futuro discordante, porém não conflitante, abandonando como referencial esse passado pautado na submissão e constante apagamento, assim visando se possível,formular um equilíbrio nas relações internacionais.

É necessário apontar que ainda se trata de um modelo utópico, contudo é a partir de uma forma idealizada que a realidade é pensada, assim o equilíbrio das relações e a cooperação se constituem enquanto princípios estruturantes que devem ser seguidos, mas que não buscam impor um sentido de homogeneidade, pois respeitar os agenciamentos identitários e reconhecer os interesses de cada nação é essencial para a construção de um novo tipo de representação desses países de maneira não exclusivista.

Mediante o exposto, devemos levar em consideração que toda forma de representação parte inicialmente de um processo de seleção, ou seja uma exclusão, porém a mesma acaba sendo um mal necessário até certo ponto para a colocação do país no cenário internacional visando o reconhecimento efetivo no sistema comercial e financeiro.

Portanto, a articulação entre o movimento No Kings e a união dos países latino americanos, especialmente a Colômbia e a Venezuela, possuem distinções diante da suas formas de resistência e consolidação, porém ambos possuem finalidades similares que consistem no questionamento aos ataques norte americanos e o posicionamento de seu governo extremista de direita regido por Donald Trump.

Indubitavelmente, embora os mesmos tenham as suas particularidades geográficas e contextuais, as suas ações colocam um limite nesse ciclo desenfreado de medidas autoritárias que desconsideram

fronteiras e violam ferozmente o direito internacional de autogestão dos países proposto pela ONU(Organização das Nações Unidas).

Nessa narrativa, analiso que embora o presidente reitere que seus fins seriam a defesa pela democracia e a liberdade de expressão, o mesmo se coloca simbolicamente em uma postura de "rei do mundo" como se todos os países estivessem presos às suas vontades e desejos assumindo a posição de monarca universal, ademais me trago uma indagação de como delimitar esse poder ilegítimo norte americano e restringido de maneira legalizada e reconhecida no cenário global.

Dado que os EUA vem nessa movimentação frenética de delegitimação constitucional, infringindo os direitos humanos e universais, como podemos formular uma resposta a essa colocação de modo a cercear a sua legitimidade de maneira disruptiva e legalizada, na qual a voz dos subalternos e outsiders possa finalmente ser ouvida e reconhecida para a construção de leis e políticas públicas mundiais.

Dito isso a reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump demarca uma abertura importante para um possível diálogo bilateral e cooperativo entre os países, o que em uma concepção otimista poderia gerar em uma reversão ao tarifaço diante de uma troca e negociação voltada para colocar o Brasil na posição de mediador e porta voz para os conflitos Latino americanos com os EUA , tendo como propósito manter o bem estar geral e reduzir os conflitos armados e a tensão no âmbito político e econômico.

Entretanto, apesar do encontro ser relatado em uma perspectiva otimista e positiva, devemos romper com esse discurso idealizado e esperançoso,nos indagando até que ponto essa aproximação é de fato benéfica, já que acabamos sendo colocados enquanto uma extensão da dominação imperialista norte-americana,assim somos posicionados como mediadores em meio a extensão da violência colonial e eurocêntrica, assim será que não estamos nos tornando simples marionetes dos líderes do norte global.

Um exemplo disso seria a ação contínua de navios de guerra norte-americanos agindo ferozmente na invasão e ataque a territórios latinos, como já citado anteriormente, mas ainda é preciso relembrar tendo em vista o episódio ocorrido no dia 26 de outubro, quando embarcações estadunidenses se aproximaram cada vez mais do território venezuelano e atacaram de modo arquitetado e orquestrado as regiões de Tobago e Trinidad.

Eventualmente, esses dois acontecimentos geram uma reflexão perante a postura de Trump e se o mesmo reconhece verdadeiramente a soberania dessas nações ou no fim acaba por velas enquanto localidades subalternas e desviantes do centro-norte, nessa narrativa devem ser apropriadas e estarem sujeitadas a sua vigilância e controle.

Consequentemente a articulação e proximidade com o governo brasileiro pode acabar sendo negativa e prejudicial, pois satisfaz esse desejo implícito colonial de controle e interferência impositiva, mascarada sob um pressuposto de bem estar social e suposta pacificação.

Em síntese, essa mesma paz mediada, acentua uma dinâmica das relações exteriores e comerciais que satisfazem essa hierarquização constituída por relações de dependência e subordinação entre as nações, gerando uma distinção polarizada e imaginada entre o norte global dito civilizado e moderno contra esse sul que se encontra colocado na necessidade de ser "pacificado" e "modenizado".

Ademais, penso que a constituição desse norte civilizador e estruturado pela dinâmica de expropriação e usurpação territorial traz consigo a perspectiva foucaultiana de poder não como uma prática, mas como um pilar estruturante da vida social que determina todos os âmbitos que constituem a realidade cotidiana seja o campo linguístico, discursivo ou monetário, já que no sentido disciplinador esse poder colonial provém de dispositivos articulados e arquitetados para a coerção e opressão, tanto na lógica do micro quanto macro, o poder invade todos os espaços seja ele privado ou público sendo determinante para as ações individuais e relações sociais, assim ele não é subjetivo ou se encontra somente no plano das ideias, mas sim é um princípio ativo e fundamental para a vida política,econômica e organização cultural.

Sendo assim, o poder não é apenas saber, mas conjuntamente material e objetivo, pois atua de maneira explícita determinando as ações governamentais e relações entre os países, dessa forma a dinâmica do bloco dos Brics e a sua atuação contra-hegemônica provém justamente dessa tentativa de Lula em preservar uma relação harmoniosa e não conflitante com o monarca norte americano, disfarçado de presidente Donald Trump.

É fundamental então questionarmos essa relação dicotômica em que a geopolítica internacional se encontra,entre tentar romper com esse ciclo dominante proveniente do processo colonial enraizado nos acordos comerciais e políticos, visando alternativas de cooperação e certa convivência em decorrência da manutenção de um diálogo não conflitante com essas potências hegemônicas provenientes do norte,porque as mesmas ainda estão no controle desse jogo mundializado de ganhos e benefícios do poder .

Concluindo, é válido nos perguntarmos perante a que princípios esse conceito de paz e modernidade foi formulado e a quem ele deseja se comunicar e atender,porque como já foi apontado pelo sociólogo francês , Bruno Latour, será que já fomos algum dia modernos?

Nesse questionamento, é essencial criticarmos essa narrativa universalizada e naturalizada de modernização imposta pelo homem branco europeu anglo saxão, que influencia diretamente a política isolacionista e unilateral adotada no mandato atual de Trump.

Esse processo vem constituindo reações negativas e disruptivas que criticam de maneira cirúrgica esse véu da colonialidade, que naturaliza a violência e a expropriação territorial,construindo os países do sul global enquanto alteridades radicais que devem ser eliminadas e silenciadas, não mais de maneira unicamente física, porém utilizando de recursos diplomáticos, discursivos,em uma espécie de teia disciplinadora e coercitiva, resultando em alianças não igualitárias e apelativas para diálogos extremistas e populistas.

Denota-se, de que maneira o propósito final, visa mobilizar um público específico e legitimar a sua visão particular,gerando um universalismo falsificado,unitário e dessensibilizado.

Por fim, se estamos buscando uma verdadeira integração dos povos que integram esse continente denominado América Latina, não podemos permitir que a história do tempo presente seja contada por aqueles que não conhecem a sua realidade e permanecem expondo ao mundo a sua ilusão histórica de maneira universalista e unitária, legitimando o seu discurso em prol da mitigação de outras concepções dos acontecimentos, o que acaba nos prejudicando e desautorizando enquanto povo.

Finalizando, formado esse universo imaginativo, estruturado pela exclusão e vocalidade única,nos mantemos assim na posição de apartados e subalternos ,impossibilitados de agir por nós mesmos e divididos como indivíduos subjetivos e divergentes,partindo de uma lógica individualista enquanto arma de poder, visando a não união e comunicação dos povos, ademais embora sejamos diversos devemos entender os significados culturais compartilhados enquanto uma possibilidade de resistência, dando voz a esses outros jamais ouvidos pela história.

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

Referências:

CNN Brasil. "'No Kings': Entenda os protestos contra Donald Trump nos EUA". 18 out.2025.Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/no-kings-entenda-os-protestos-contra-donald-trump-nos-eua/.

G1. "Trump publica vídeo de IA em que usa coroa e despeja fezes sobre manifestantes". 19 out. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/19/trump-publica-video-de-ia-em-que-usa-coroa-e-despeja-fezes-sobre-manifestantes.ghtml.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Organizado por Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BECKER, Howard S. Os outsiders: estudos em sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Local de publicação: Editora Zahar ,2008.

ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do; DURAZZO, Leandro. "A escrita contra a cultura". *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 5, n. 8, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615

AGÊNCIA GOV (EBC). *Empresas afetadas por "tarifaço" já podem se habilitar para receber crédito do Plano Brasil Soberano*. Gov.br, 18 set. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202510/plano-brasil-soberano-r-5-3-bilhoes-empresas-afetadas-tarifaco-trump

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRASIL DE FATO. "Extrema-direita perde fôlego após avanço nas tratativas Lula-Trump, avalia especialista". Brasil de Fato, 26 out. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/10/26/extrema-direita-perde-folego-apos-avanco-nas-tratativas-lula-trump-avalia-especialista/

CARLOTTI, Tatiana. "Navio de guerra dos Estados Unidos chega a Trinidad e Tobago, a poucos quilômetros da Venezuela". Opera Mundi, São Paulo, 26 out. 2025 Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/navio-de-guerra-dos-estados-unidos-chega-a-trinidad-e-tobago/

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Em Foco V

Países declaram não concordar com documento final da COP30, e plenária de encerramento é suspensa

Por *Mariana Castro*
22/11/2025

Ainda sem consenso entre os países, a COP30, estendida até este sábado (22), segue sem previsão de encerramento oficial. A plenária que marcaria a assinatura do documento final, agendada para as 11h, mas iniciada somente próximo de 13h, foi suspensa após depoimentos marcantes de discordância com os indicadores aprovados.

Ao falar em negacionismo climático e falta de transparência, a representante da Colômbia se negou a assinar o documento e pediu condições mínimas de discutir combustíveis fósseis e o que a ciência tem apresentado como indicadores concretos.

"O desfecho não pode ignorar a ciência, que aponta que mais de 75% das emissões de CO2 vêm de combustíveis fosseis. Não há mitigação se não pudermos discutir a transição de combustíveis fosseis, que inclui medidas de implementação de maneira organizada e justa", declarou a representação colombiana.

A fala foi feita por uma representante, pois a ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Irene Velez, deixou a plenária durante as discussões do texto final em repúdio aos indicadores apresentados. "A Colômbia veta o texto e não aceitará um resultado fraco", indicando ainda que "ou há ambição ou não há acordo".

Aplaudido pela plenária, o ministro do Meio Ambiente de Serra Leoa e líder dos negociadores africanos, Jiwoh Abdulai, também negou assinatura e reforçou a importância de respeito à ciência, destacando que para além de técnicos, os documentos discutidos na COP30 são também uma questão de sobrevivência.

"Estamos saindo da COP com indicadores que não são claros, que não são mensuráveis e, em muitos casos, não podem ser utilizados. Então precisamos nos perguntar, como estamos ajudando os mais vulneráveis com essa qualidade dos desfechos que chamamos de ambição? Que mensagem é enviada quando não ouvimos os especialistas e não levamos em conta as realidades daqueles que estão na linha de frente?", questionou Abdulai.

Na mesma linha, outros países questionaram pontos como a falta de tempo hábil para apreciar os documentos apresentados na madrugada deste sábado (22), a ausência de temas fundamentais como a transição justa, o fim dos combustíveis fósseis e maior proteção às terras indígenas.

"Os indicadores não são claros e nem são úteis para o proposito principal, que é o segundo balanço global. Não vamos apoiar os indicadores nesse momento e estamos juntos com os outros que também não vão aceitar", apontou a representação da União Europeia.

Outros países como Uruguai, Argentina, Paraguai, Panamá, Suíça e Canadá também apontaram divergência e negam assinatura ao documento. Uma coletiva de imprensa foi anunciada para acontecer após a Plenária de Encerramento.

Compromisso do presidente da COP30

Apesar dos questionamentos, o presidente da COP30, embaixador André Correa do Lago, declarou que mesmo com o encerramento da conferência, se comprometeria pessoalmente a manter responsabilidade de desenhar mapas do caminho para livrar a humanidade do desmatamento e dos combustíveis fósseis."Nós precisamos de mapas para que possamos ultrapassar a dependência dos fósseis de forma ordenada e justa. Eu vou criar dois mapas: um para reverter desmatamento e fazer transição para longe dos fósseis", disse.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2025/11/22/paises-declaram-nao-concordar-com-documento-final-da-cop30-e-plenaria-de-encerramento-e-suspensa/

Em Foco VI

COP30: Acordo climático deixa de fora combustíveis fósseis

Por *Redação Agência Brasil*
22/11/2025

Governos chegaram, neste sábado (22/11), a um acordo climático na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) que aumenta o financiamento para as nações pobres que estão enfrentando as consequências do aquecimento global.

No entanto, o documento final omite qualquer menção aos combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral, os principais responsáveis pelas emissões dos gases que causam o aumento da temperatura do planeta.

Bolsonaro e os demais réus foram condenados pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Desses crimes, apenas Alexandre Ramagem não foi condenado por dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

O Acordo de Belém lança uma iniciativa voluntária para acelerar a ação climática a fim de ajudar os países a cumprirem suas promessas atuais de redução de emissões, e pede que as nações ricas, pelo menos, tripliquem a quantia de dinheiro que fornecem para ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem a um mundo em aquecimento até 2035.

Enquanto isso, os países em desenvolvimento argumentam que precisam urgentemente de recursos para se adaptar aos impactos que já estão ocorrendo, como o aumento do nível do mar e o agravamento das ondas de calor, secas, inundações e tempestades.

O acordo também indica que os órgãos climáticos analisem como alinhar o comércio internacional à ação climática, em meio a preocupações de que o aumento das barreiras comerciais esteja limitando a adoção de tecnologias limpas.

A União Europeia vinha pressionando por uma linguagem no acordo oficial sobre o abandono dos combustíveis fósseis, mas enfrentou resistência do Grupo Árabe de nações, incluindo o principal exportador de petróleo, a Arábia Saudita.

Esse impasse foi resolvido depois de negociações que se estenderam pela madrugada deste sábado e que levaram a um entendimento de que a questão poderia ser deixada de fora do acordo e incluída em um texto paralelo apresentado pelo Brasil, anfitrião da COP30.

Frustração

Um dos principais pontos de frustração de representantes da sociedade civil, já no rascunho divulgado nesta sexta-feira (21/11), foi a ausência do mapa do caminho para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral, os principais responsáveis pelas emissões dos gases que causam o aquecimento global.

O governo brasileiro, e especialmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, insistiu na aprovação de um texto que abordasse alguma proposta de cronograma de implementação dessa transição energética, o que acabou não se concretizando.

“Não houve menção a combustíveis fósseis, e muito menos qualquer menção a mapa do caminho, conforme estava previsto e havia aparecido nos rascunhos de decisões anteriores. O processo foi estressante até aqui, mas gerou algumas reações políticas importantíssimas, como a adesão de mais de 80 países à proposta do mapa do caminho e gerou uma proposta da Colômbia de realizar COP paralela para discutir o fim do uso dos combustíveis fósseis”, disse Ciro Brito, analista de políticas climáticas do Instituto Socioambiental (ISA).

Avanços

Entre os avanços, o documento final reconheceu a importância das comunidades afrodescendentes e dos territórios indígenas no combate à emergência climática.

“O mutirão reconheceu a necessidade de se considerar os direitos dos povos indígenas e comunidades locais, seus direitos territoriais e o seus conhecimentos tradicionais. Também reconheceu o papel de engajamento desses grupos e dos afrodescendentes na contribuição para o progresso coletivo da COP. Avanços importantes que precisam ser considerados”, disse.

Brito destacou ainda as iniciativas do Acelerador Global de Implementação e da Missão Belém 1,5. “O AGI será uma iniciativa voluntária sob orientação das presidências brasileira e australiana com o objetivo de apoiar os países na implementação das suas NDCs e Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). Por sua vez, a Missão Belém 1,5, sob orientação das presidências Brasil-Austrália-Etiópia, elaborará um relatório resumindo o trabalho de apoio do AGI até a COP 32”, explicou.

Para a presidente do Instituto Talanoa, Natalie Unterstell, o Mutirão, no geral, oferece avanços, mas fica aquém da crise que o mundo vive.

"Ele não dá a resposta necessária ao problema central das NDCs: a falta de alinhamento com a trajetória de 1,5°C. Há reconhecimento do desafio, há processos, há sinalizações mas não há o salto político que a ciência exige. Sem rever ambição, não há mecanismo que compense o descompasso crescente entre promessas e realidade", avaliou. Entre os avanços, ela citou decisões em adaptação e transição justa.

A líder de estratégia internacional do WWF-Brasil, Tatiana Oliveira, avaliou que a COP30 marca um divisor de águas. "[A COP30] reconhece que a ação climática vai além das salas formais da UNFCCC. A distância entre a força social e as páginas frágeis do acordo mostra que as soluções vêm das pessoas e dos territórios. É um sinal claro das limitações da governança global, mas também um convite para um futuro de luta, colaboração e esperança", disse.

"Acho impossível não se emocionar com tudo o que aconteceu nas últimas duas semanas, independentemente do resultado formal das negociações. Muitas vitórias das que realmente importam, como a inclusão de afrodescendentes no texto e a menção aos direitos territoriais dos povos indígenas e ao CLPI [Consentimento Livre, Prévio e Informado], são passos históricos que ajudam a garantir direitos", concluiu.

Link: **https://operamundi.uol.com.br/cop30/cop30-acordo-climatico-deixa-de-fora-combustiveis-fosseis/**

Em Foco VII

O Capitalismo Verde na maior Conferência Climática do Mundo

Por *Mateus dos Santos Nascimento** 
26/11/2025

Quando governos e lideranças globais se reúnem para debater o destino do planeta, como agora com a COP30 em Belém, somos frequentemente convidados a acreditar que estamos presenciando um momento histórico de viragem, de uma maior consciência ambiental coletiva, de transição urgente rumo à justiça climática. Muitos discursos ecoam a urgência da salvação das florestas, dos oceanos e da biodiversidade. A promessa sempre de um futuro mais sustentável para todos. De fato, a abertura da cúpula foi marcada por esses apelos. Conforme uma notícia do veículo Opera Mundi sobre o evento,

houve o anúncio de um fundo de florestas tropicais com a promessa de captar investimentos públicos e privados para conservar florestas, o chamado Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF). E, no papel, o escopo das metas debatidas impressiona: florestas, oceanos, transição energética, financiamento climático, adaptação da saúde aos efeitos da crise climática, inclusão de populações vulneráveis.

Porém, embora o capitalismo verde pareça convincente, é legítimo questionar quem realmente se beneficia dessas promessas, e quem, na prática, nada ganha. Nessa perspectiva essa Conferência Climática, assim como muitas conferências anteriores, ou todas que se propõem a reunião de diversos países para realizar um ato grandioso e benéfico, funciona como fachada do capitalismo verde. Assim, torna-se um espaço de legitimação para grandes corporações e elites econômicas, ao mesmo tempo em que falha em entregar melhorias concretas para as classes trabalhadoras, os povos tradicionais e as comunidades mais vulneráveis.

De início, o formato da COP30 deixa evidente a captura corporativa do evento. Segundo um balanço crítico realizado pela SINDSEF-SP e pela Agência Brasil, a conferência foi capturada pelos bilionários. Os setores poluidores, como petroleiras, mineradoras e o agronegócio dominaram os espaços de negociação, definiram a pauta de financiamento, e impuseram os termos de qualquer decisão tomada. Nesse contexto, o próprio agronegócio tenta se colocar como parte da solução. Mas se compreendermos que essa solução do agronegócio continua baseada em grilhagens, uso intensivo de agrotóxicos, expansão de fronteiras agrícolas e destruição de biomas, percebemos que esse papel não representa o interesse dos trabalhadores ou da biodiversidade. Representa, antes, a perpetuação de um modelo extrativista e assassino.

Por conseguinte, as estruturas formais aprovadas na COP30 mostraram-se insuficientes diante da urgência climática. Ainda que tenham sido formalizados acordos, pactos e promessas, inclusive envolvendo financiamento florestal, adaptação e transição energética, a Conferência encerrou-se sem decidir um plano claro de eliminação dos combustíveis fósseis, um alvo essencial para qualquer esforço honesto de mitigação da crise climática global. Além disso, pelas contas de muitos críticos da conferência, os avanços foram simbólicos e insuficientes para garantir a sobrevivência dos territórios, a segurança dos povos tradicionais e os direitos da classe trabalhadora submetida às consequências ambientais e econômicas da crise.

Dessa forma, mesmo a participação de movimentos sociais, compostos por povos indígenas e comunidades tradicionais durante a COP30 expôs a contradição de quem decide efetivamente. Enquanto nas ruas e nas margens da conferência vozes reclamavam demarcação de terras, justiça ambiental, fim da exploração e reconhecimento dos direitos tradicionais, dentro dos salões oficiais

essas demandas foram relegadas a segundo plano ou completamente ignoradas. Portanto, essa exclusão demonstra que as decisões que mais importam continuam a ser determinadas por quem controla o capital, não por quem lida com a terra, com a floresta ou com as consequências ambientais no dia a dia.

Por fim, e talvez mais importante para a classe trabalhadora, a chamada transição verde apresentada na COP30 não oferece garantias de proteção social ou empregos dignos para quem mais sofre com a crise climática. Os trabalhadores urbanos expostos a enchentes e deslizamentos, junto com trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos e populações tradicionais submetidas à privatização de rios e mercantilização de biomas são os setores que mais sofrem por essas mudanças climáticas. Assim, o abandono de compromissos concretos e a priorização dos interesses de investidores revelam que essa falsa solução é uma mercadoria. Uma mercadoria vendida como salvação do planeta, mas que, em última análise, consolida um sistema de acumulação de capital em detrimento da vida.

Assim, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas repete padrões que se manifestaram em conferências anteriores: promessas grandiosas, holofotes midiáticos, iniciativas de financiamento, mas sempre possuindo uma ausência de ruptura com o modelo capitalista que está na raiz da crise climática. A retórica de “salvar florestas” se torna uma mensagem persuasiva para o aumento do capital e dos investimentos de bilionários e do agronegócio. Por outro lado, enquanto quem planta, quem mora nas zonas vulneráveis, quem depende da floresta para sobreviver, continua à mercê de decisões que privilegiam o lucro e a expansão das fronteiras agrícolas por meio da grilagem e violência.

Diante de tudo isso a COP30 revela-se não como um farol da esperança, mas como mais um capítulo do que poderíamos chamar de capitalismo verde. Esse nome não é nada mais que o próprio modo de produção do capital, consistindo na mercantilização da emergência climática. E para a classe trabalhadora urbana, rural e tradicional, esse modelo não representa a salvação ou melhora, mas a continuação das opressões de classe.

Portanto, acreditar que as COPs resolverão a crise climática sem mexer nas estruturas de poder, dessa forma, sem atacar o lucro, sem retomar o controle sobre a terra, água e energia é ingenuidade. A tarefa real de mudança requer outra perspectiva de luta. Nesse sentido, requer mobilização popular, organização de trabalhadores, protagonismo dos povos indígenas e soberania ambiental e econômica. Até que isso aconteça, essas tais conferências globais continuarão sendo um palco bonito de discursos vazios e um balcão de negócios para quem já detém o poder.

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

Referências:

BRASIL. *COP30: agro quer se posicionar como parte da solução, diz associação*. Agência Brasil, 11 ago. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-08/cop30-agro-quer-se-posicionar-como-parte-da-solucao-diz-associacao. Acesso em: 15 dez. 2025.

SINDSEF-SP. *COP30: o fracasso anunciado de uma conferência capturada pelos bilionários e a resistência que emergiu das ruas de Belém*. Sindsef-SP, 25 nov. 2025. Disponível em: https://www.sindsef-sp.org.br/cop30-o-fracasso-anunciado/. Acesso em: 15 dez. 2025.

OPERA MUNDI. *Cúpula dos líderes em Belém dá início à COP30 com debate sobre fundo para florestas*. Opera Mundi. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/cupula-dos-lideres-em-belem-da-inicio-a-cop30-com-debate-sobre-fundo-para-florestas. Acesso em: 15 dez. 2025.

A verdade. *Indígenas ocupam espaço da COP30 e denunciam bilionários*. A Verdade, nov. 2025. Disponível em: https://averdade.org.br/2025/11/indigenas-ocupam-espaco-da-cop30-e-denunciam-bilionarios/. Acesso em: 15 dez. 2025.

A PÚBLICA. *Publi do agro: empresas pagam personalidades antes da COP30*. A Pública, nov. 2025. Disponível em: https://apublica.org/2025/11/publi-do-agro-empresas-pagam-personalidades-antes-da-cop30/. Acesso em: 15 dez. 2025.

JORNAL O FUTURO. *COP30: um balanço de promessas vazias diante de uma crise sem enfrentamento real*. Jornal O Futuro. Disponível em: https://jornalofuturo.com.br/artigo/pc6GVW-cop30-um-balanco-de-promessas-vazias-diante-de-uma-crise-sem-enfrentamento-real. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL247. *Na COP 30, Petro denuncia fracasso climático e critica Trump e Europa*. Brasil247, 6 nov. 2025. Disponível em: https://www.brasil247.com/americalatina/na-cop-30-petro-denuncia-fracasso-climatico-e-critica-trump-e-europa. Acesso em: 15 dez. 2025. brasil247.com

Agenda Acadêmica

XIX SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA – UERJ

Apresentação: XIX Semana de História Política- Nas Tramas Digitais, a inteligência artificial e o conhecimento histórico em debate/PPGH UERJ - O evento organizado pelos discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ tratou principalmente do impacto da digitalização e universo tecnológico na prática historiográfica, pensando nas implicações éticas e atravessamento das

IAs no ensino, fazendo diálogo com as produções acadêmicas visando conceber os desafios epistêmicos na era da materialidade tecnológica.

Data e local: 20 a 24/10 de 2025, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Para mais informações: https://www.semanadehistoriapoliticauerj.com/

CURSO DE EXTENSÃO - PPGSS E PPFH UERJ – ANTONIO GRAMSCI: UMA INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE E DO PODER A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Apresentação: Curso de extensão – PPGSS e PPFH - Antonio Gramsci: Uma interpretação da sociedade e do poder a partir de uma perspectiva da Teoria Social Crítica - Dr Jorge Luis Acanda (Universidade Central do Equador) - O evento realizado em parceria aos programas de pós graduação e o Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) teve enquanto objetivo primário conceber a relação entre sujeito-objeto partindo de um olhar crítico que rompe as barreiras do senso comum. Analisando como a realidade se fundamenta em dois planos conjuntos, espiritual e também material, visou evitar uma leitura culturalista do intelectual italiano marxista Gramsci e não produzir uma consciência falsificada e um positivismo de esquerda.

Data e local: 13 a 19/11/2025, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Para mais informações: https://www.uerj.br/agenda/curso-sobre-teoria-social-de-antonio-gramsci/

V JORNADA DISCENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA – PPFH (UERJ)

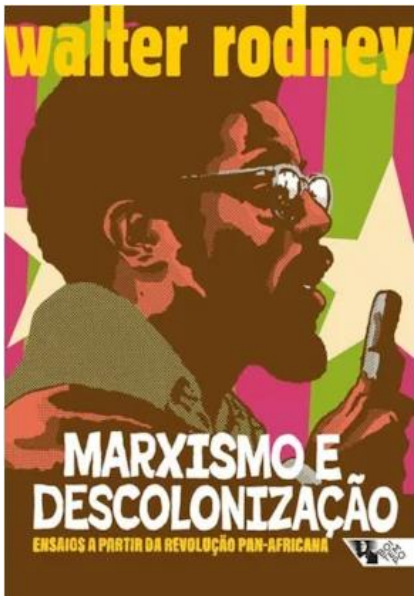
Apresentação: O evento realizado no mês de novembro contou com mais de 11 eixos temáticos focados na temática da justiça social atravessada por questões de raça, gênero, classe e o mundo do trabalho, tendo por objetivo primário a defesa dos direitos humanos e exercício pleno da cidadania, questionando as subjetividades neoliberais, resgatando as perspectivas do Estado Democrático e das reflexões teórico-críticas.

Data e local: 3 a 7 de Novembro de 2025, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

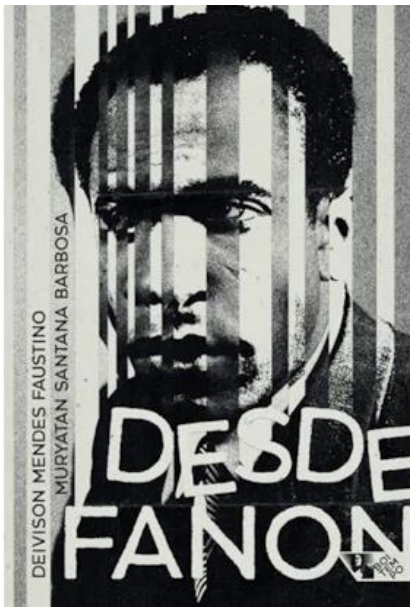
Para mais informações: https://ppfh.com.br/jornadadiscenteppfh/

Lançamentos

MARXISMO E DESCOLONINAÇÃO – ENSAIOS A PARTIR DA REVOLUÇÃO PAN-AFRICANA. Walter Rodney. Boitempo, 2025.



Sinopse: Walter Rodney foi um dos principais pensadores e militantes do pan-africanismo e do movimento de descolonização africano. Sua produção intelectual abrange a relação entre raça, classe, território e, segundo o escritor Ngugi wa Thiong'o, que assina o prefácio da obra, "completa Marx".



DESDE FANON. Deivison Faustino e Muryatan Santana Barbosa. Boitempo, 2025.

Sinopse: O psiquiatra e revolucionário martinicano Frantz Fanon (1925-1961) é o objeto desta coletânea de Deivison Faustino e Muryatan Barbosa. "Desde Fanon" reúne seis capítulos sobre o revolucionário e busca analisar e atualizar questões colocadas por

ele e ainda latentes em nosso tempo, como a relação entre capitalismo, racismo e colonialismo.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Coordenação de Produção e Edição
Bernardo Cardoso de Almeida Vieira (PROEALC/CCS/UERJ)
Mateus dos Santos Nascimento (PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Alves Ribeiro (PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Coordenadores de produção
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.